

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Justiça nega recurso e impõe nova derrota para o governo	2
Título: Petrobras diz que foi 'obrigada' a fechar acordo com investidores	3
Título: Kramer vs Kramer	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Migração para mercado livre de energia caiu 45% em 2017	4
Título: Petrobras descarta fechar mais acordos como o dos EUA	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: Para criar novas alternativas, francesa Engie aposta em diversificação	7
VEÍCULO: Correio Braziliense	9
Título: Gasolina sai até a R\$ 3,75 em promoções	9
VEÍCULO: Valor Econômico	10
Título: Com a Vale e Petrobras, Brasil volta a despertar interesse em Davos	10
Título: TRF-5 mantém a liminar que suspende MP 814	11
Título: Portaria dá 60 dias para revisão no pré-sal	12
Título: Governo vê 'divisor de águas' em antidumping	14
Título: Defesa de ex-conselheiros confirma explicação de Dilma	16
Título: Japão mantém programa de carros a hidrogênio	17
Título: Exportação de petróleo aos EUA cai ao menor nível em 26 anos	18
Título: Petrobras bate novo recorde de produção	19
Título: Cade recusa plano de Arcelor e Votorantim	21
Título: GM quer transformar o elétrico no modelo comum do consumidor	22
Título: Fala de Maggi sobre fim de taxa de etanol importado derruba bolsa	23

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura****Título: Justiça nega recurso e impõe nova derrota para o governo**

TRF5 rejeitou pedido da AGU contra decisão da Justiça de Pernambuco

— Em mais uma derrota do governo no processo de privatização da Eletrobras, o presidente do Tribunal Regional Federal da 5 Região (TRF5), desembargador Manoel Erhardt, rejeitou o pedido da Advocacia Geral da União (AGU) para derrubar decisão que suspendeu um artigo da medida provisória (MP) que autoriza a privatização da Eletrobras e suas subsidiárias.

O juiz Cláudio Kitner, da 6ª Vara da Justiça Federal de Pernambuco, anulou na semana passada os efeitos do artigo 3º da Medida Provisória (MP) 814, que autoriza a venda da estatal e suas controladas, passo necessário para que a empresa contrate os estudos iniciais para a privatização.

“Não se visualiza, ao menos por ora, risco iminente ao insucesso do programa, dado que o próprio cronograma é algo indefinido”, afirmou o presidente do TRF5, nesta terça-feira, ao manter a decisão do juiz de Pernambuco, segundo a assessoria do órgão.

A AGU e a Câmara dos Deputados também recorreram ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a liminar do juiz de Pernambuco, nesta segunda-feira. Esses recursos ainda estão pendentes de decisão.

Privatização da Eletrobras vai gerar empregos e aumentar arrecadação, diz governo Eletrobras já perdeu R\$ 23 bi com 6 distribuidoras de energia

O governo anunciou em agosto de 2017 um plano para privatizar a Eletrobras até o final deste ano. O modelo proposto pelo governo, que prevê a diluição da participação da União a menos de 50% das ações por meio de um aumento de capital, precisa passar pelo Congresso Nacional. Antes de enviar esse projeto, porém, o governo editou a MP 814 para permitir que a estatal contrate os estudos necessários para a privatização, com o objetivo de agilizar o processo e concluir a operação ainda neste ano.

A medida provisória foi publicada pelo presidente Michel Temer no fim de dezembro. Ela retira de uma lei que trata do setor elétrico a proibição de privatizar a Eletrobras e suas controladas — Furnas, Companhia Hidroelétrica do

São Francisco (Chesf), Eletronorte, Eletrosul e a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE).

A decisão do juiz de Pernambuco representou um revés nos planos do governo federal de concluir ainda em 2018 a privatização da Eletrobras e pode colocar em risco o cronograma previsto para o processo e ameaçar uma arrecadação de R\$ 12,2 bilhões.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Petrobras diz que foi 'obrigada' a fechar acordo com investidores

Estatual não tem planos de repetir no Brasil acerto firmado na Justiça dos EUA.

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, disse ontem que a empresa foi "obrigada" a fechar o acordo de US\$ 2,95 bilhões com investidores americanos e não considera fazer o mesmo em países como Holanda e Brasil. O executivo se reuniu com ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) para explicar o entendimento firmado pela estatal para encerrar a ação conjunta que estava sendo movida contra a empresa nos Estados Unidos devido à Lava-Jato.

— Nós somos obrigados a seguir o marco legal dos países onde operamos, onde lançamos as nossas ações. A legislação americana tem dispositivos que levaram a empresa a se ver numa situação em que era melhor fazer um acordo. E assim foi feito. A empresa foi obrigada, não foi um gesto voluntário — disse Parente.

O presidente da estatal conversou com seis ministros da Corte para detalhar o acordo, após a área técnica do tribunal iniciar uma análise sobre o assunto. Eles foram informados dos motivos que levaram a Petrobras a aceitar ressarcir investidores americanos por perdas com os desvios de recursos no esquema de corrupção investigado na Lava-Jato. Segundo Parente, não houve posição por parte dos ministros e o processo continua em andamento.

— Deixamos registrado no nosso acordo que fomos vítimas. A Petrobras é vítima da Lava-Jato. Diferentemente de tudo o que aconteceu com outras empresas que se beneficiaram dos processos de corrupção, a Petrobras foi vítima. Não temos qualquer disposição de fechar acordo em outras jurisdições — reforçou.

NEGOCIAÇÃO COM A UNIÃO

Após se reunir com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, Parente disse que espera concluir as negociações em torno da revisão do contrato de cessão onerosa com a União em 60 dias: — Fui informado de que o governo está para editar uma portaria compondo a sua comissão de negociação, e nessa portaria se estabelece um prazo de 60 dias. Se for menos que isso, é até melhor. Nós, na Petrobras, estamos preparados para fazer essa discussão o mais cedo possível.

A cessão onerosa foi a parte mais importante do processo de megacapitalização da Petrobras, para preparar a empresa para os investimentos bilionários no pré-sal, em 2010. A União entregou à empresa o direito de exploração e produção de cinco bilhões de barris de óleo numa área que tem uma reserva de petróleo muito superior a esse volume. O governo quer licitar o excedente para reforçar os cofres públicos. Até agora, no entanto, as negociações não caminharam.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Rio / colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Kramer vs Kramer**

A Braskem acionou a Petrobras na Justiça, acusando a estatal de alterar unilateralmente as condições do contrato de fornecimento de propeno. A do óleo, como sabe, é sócia minoritária da Odebrecht na Braskem, embora esta fatia esteja à venda.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado / colunas****Autor: Maria Cristina Frias****Título: Migração para mercado livre de energia caiu 45% em 2017**

A adesão de consumidores de energia ao mercado livre, em que grandes clientes escolhem de quem comprar, caiu 45% em 2017, aponta a CCEE (câmara de comercialização).

O valor de referência para contratos, que flutua de acordo com o nível dos reservatórios, subiu, diz Rui Altieri, presidente do conselho da CCEE.

"Ficou claro, a partir de maio, que os preços seriam altos, o que reduz a atratividade da migração. Além disso, a tarifa das distribuidoras está bem comportada."

A oferta de energia renovável está menor, afirma Ricardo Daelil, diretor da comercializadora Electra. Parte dos consumidores livres só pode comprar de solar, biomassa ou pequenas hidrelétricas.

"Estamos perto do limite dessas fontes, e o prêmio por elas aumentou em 2017."

A solução será alterar a demanda, diz Sami Grynwald, gerente da consultoria Thymos. "Uma mudança regulatória pode tirar a pressão da procura por essas geradoras."

Para aliviar a busca por renováveis e reduzir seu valor no mercado, o governo abriu consulta pública de uma lei que permite que mais clientes contratem a fonte que quiserem.

A mudança teria o potencial para fazer a migração superar o patamar recorde de 2016, diz Reginaldo Medeiros, da associação de comercializadores. As propostas, no entanto, são tímidas, afirma ele.

"Com o texto do projeto, 30 mil novos consumidores poderão acessar o mercado livre daqui a 10 anos. A nossa ideia é permitir que todos participem dele a partir de 2024."

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maeli Prado / Reuters

Título: Petrobras descarta fechar mais acordos como o dos EUA

A Petrobras fechou um acordo bilionário para encerrar ação de investidores contra a companhia nos EUA porque foi "obrigada", devido aos enormes riscos envolvidos nos processos, e negociações semelhantes em outros países não estão em cogitação, disse nesta terça-feira (16) em Brasília o presidente da estatal, Pedro Parente.

"Não temos nenhuma disposição de fechar acordo em outras jurisdições, a menos que as respectivas legislações, e depois de um processo longo como o que aconteceu nos EUA, venham a demandar da empresa. Se isso acontecer e ela for forçada a isso, sim", afirmou.

A estatal anunciou no dia 3 um acordo para pagar US\$ 2,95 bilhões em troca do encerramento de uma ação coletiva nos EUA, decorrente das perdas provocadas pelo envolvimento da estatal nos desvios revelados pela Lava Jato.

Parente, que falou com jornalistas após reunião com o TCU (Tribunal de Contas da União), defendeu ainda que a reação positiva das ações da petroleira no Brasil após o acordo nos EUA mostra que os investidores em geral gostaram do desfecho do caso.

Desde o anúncio, as ações ordinárias (com direito a voto) subiram 8,4%, e as preferenciais, 6,7%.

Ele reforçou ainda que valores recuperados na Justiça pela Petrobras após desvios revelados pela Lava Jato têm beneficiado os investidores brasileiros da petroleira.

Segundo Parente, a reunião com representantes do TCU nesta terça-feira tratou justamente de acordo fechado pela estatal com os investidores americanos, mas ele afirmou que ainda não é possível avaliar como o assunto será tratado pelo tribunal.

CESSÃO ONEROSA

Parente afirmou que o governo editará em breve uma portaria compondo uma comissão para renegociar com a Petrobras a cessão onerosa para exploração de petróleo na camada pré-sal.

O executivo, que se reuniu com o ministro Henrique Meirelles (Fazenda), disse que a portaria fixa prazo de 60 dias para solução do problema.

Pelo contrato da cessão onerosa, assinado em 2010, a Petrobras ganhou o direito de explorar áreas do pré-sal sem licitação em troca de um pagamento bilionário ao governo. O contrato previa renegociar os valores de acordo com a evolução do preço do petróleo. Como a cotação caiu desde sua assinatura, em 2010, a estatal tem direito a uma compensação financeira.

Parente declarou ainda que governo e empresa querem acelerar as negociações em torno do tema. "A Petrobras está preparada para fazer essa discussão o mais cedo possível".

Em 2010, a Petrobras ganhou o direito de explorar 5 bilhões de barris de óleo sem licitação (a chamada Cessão Onerosa), e em troca o governo recebe uma parte do petróleo produzido.

Quando o acordo foi fechado, a cotação estava mais alta, e com a queda de preços a estatal avalia que tem direito a ser ressarcida.

"Houve um entendimento de que vamos acelerar o processo para terminar o mais cedo possível, com ambas as partes procurando, cada uma, entender o outro lado, e ver se chegamos a um entendimento que seja bom para os dois lados", afirmou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: Para criar novas alternativas, francesa Engie aposta em diversificação

Estratégia. Entre as maiores geradoras de eletricidade do País, companhia busca aquisições em serviços, transmissão e gás natural para se preparar para o fim de algumas concessões de hidrelétricas; empresa é uma das interessadas na TAG, rede de gasodutos da Petrobrás

Na lista das maiores geradoras de energia elétrica do Brasil, a franco-belga Engie deu início a uma ampla estratégia de diversificação dos negócios. A nova rota traçada pela companhia tem como foco a área de serviços, transmissão de energia e gás natural.

Um dos objetivos é se preparar para o fim de contratos de concessão de hidrelétricas nos próximos dez anos, como os das usinas da Gerasul, empresa privatizada em 1998 e arrematada pelo grupo. Para escapar da armadilha que algumas empresas caíram com o vencimento das concessões – caso da estatal mineira Cemig e da paulista Cesp –, a Engie quer, aos poucos, criar condições para substituir receitas caso seja necessário.

“É claro que se houver uma ‘relicitação’ das usinas nós vamos disputar. Mas, nesse processo, podemos ganhar ou perder”, afirma o presidente do grupo, Maurício Bähr. As três primeiras usinas a vencer têm capacidade de 2.724 megawatts (MW), o que representava 27% da capacidade total de geração da empresa no ano passado.

Esse percentual, no entanto, caiu para 24% com a incorporação de duas usinas da Cemig, leiloadas pelo governo federal em setembro de 2017. A Engie pagou R\$ 3,5 bilhão para arrematar as duas hidrelétricas, cujo contrato de concessão havia vencido. Hoje a capacidade instalada do grupo está em 11.059 MW. Na busca para criar novas alternativas de receita, a empresa também decidiu entrar no segmento de transmissão de energia.

Logo na estreia, no mês passado, deixou para trás companhias tradicionais no segmento, como Copel e Cteep, e venceu a licitação de 1.100 quilômetros (km) de linhas no Paraná. Só nessa obra, a companhia vai investir R\$ 2 bilhões. Os

negócios fechados no ano passado pela Engie somam algo em torno de R\$ 8,3 bilhões em compras e investimentos para os próximos anos.

Além das hidrelétricas da Cemig e das linhas de transmissão, a companhia comprou o complexo eólico Umburanas, da Renova, que exigirá investimentos de R\$ 1,8 bilhão. “Queremos ter 100% da carteira em energia renovável até o fim deste ano”, diz Bähr. Para limpar o portfólio, a empresa colocou à venda dois complexos termoelétricos a carvão, que agora estão em processo de due diligence (auditoria de risco dos ativos) por uma empresa americana.

O negócio pode ser fechado ainda este mês, segundo fontes ouvidas pelo Estado. Ao mesmo tempo que tenta se livrar de uma fonte poluente, a Engie quer apostar na expansão do gás natural, considerado por Bähr o combustível do futuro. “Além disso, é uma fonte que ajuda na intermitência das usinas eólicas e solares (que geram mais ou menos de acordo com condições climáticas)”, afirma o executivo.

Petrobrás.

O apetite da companhia por negócios nessa área é ambicioso. Fontes de mercado afirmam que a empresa é uma das interessadas em comprar a Transportadora Associada de Gás (TAG), da Petrobrás, que tem 4.500 km de gasodutos no Nordeste do Brasil. Na segunda-feira, a presidente global da Engie, Isabelle Kocher, confirmou em evento em Paris o interesse pelo ativo.

Maurício Bähr prefere não falar sobre o assunto, mas destaca que a empresa está de olho na compra de ativos em várias áreas eleitas pela companhia para serem ampliadas nos próximos anos. Isso inclui o segmento de eficiência energética, mobilidade urbana, painéis solares e iluminação pública – todas áreas que tem tido grande avanço nos últimos anos no Brasil.

“O crescimento nessas áreas também faz parte de uma estratégia global da Engie. Na Europa, a ênfase da empresa é em serviços”, afirma o presidente da consultoria Thymos Energia, João Carlos Mello. “É uma mudança de rota”, diz ele. Na área de painéis solares, a empresa teve um crescimento de 80% no ano passado e deve manter esse ritmo em 2018, já que esse setor tem um potencial enorme para avançar no País.

“Fizemos mais de dez mil instalações em 2017”, afirma Bähr. Em iluminação pública, ele destaca que está avaliando alguns modelos de negócios em Brasília, Rio de Janeiro, Niterói e Salvador.

Mobilidade.

O executivo destaca ainda outra aposta da companhia: o setor de mobilidade urbana. Nesse caso, um dos focos da Engie é o serviço de monitoramento de cidades. No Rio, por exemplo, foram instaladas 800 câmeras que enviam imagens diretas para um centro de operações, que monitora o tráfego e a segurança da cidade. Em Niterói, a empresa instalou um sistema de monitoramento de tráfego e controle remoto de sinais de trânsito de acordo com o fluxo de veículos.

Para fazer frente a todos os investimentos, Bähr afirma que, em termos de capacidade financeira, a empresa está em boa situação. “Temos muito espaço para elevar o endividamento, hoje em torno de 1 a 1,5 vezes o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização). Podemos chegar a 2,5 vezes”, diz.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: Anna Russi****Título: Gasolina sai até a R\$ 3,75 em promoções**

Quem encontrar o litro da gasolina por menos de R\$ 3,90 por litro pode aproveitar para encher o tanque. Embora tenham caído nos últimos dias em vários postos da cidade, os preços do combustível, nesta terceira semana de 2018, têm variado entre R\$ 3,97 e R\$ 4,19 nos revendedores do Plano Piloto percorridos pela equipe do Correio. Os brasilienses devem ficar de olho nas promoções relâmpago, nas quais o litro de gasolina chega a ser vendido por até R\$ 3,75.

Os consumidores, porém, criticam a longa espera nas filas e a falta de tempo para se beneficiar de algumas dessas promoções. O funcionário público João Luiz Santos, 56 anos, mora em Sobradinho e trabalha na Universidade de Brasília. Ontem, ele foi até um posto do Lago Norte que oferecia o combustível por R\$ 3,75, mas, ao chegar lá, decepçionou-se com o fim da promoção, que valeu somente na segunda-feira. “Eu vim abastecer um pouco mais longe, mas não deu tempo de aproveitar”, lamentou.

Ontem, havia filas em alguns postos de Taguatinga e da EPTG, próximos a Águas Claras, que vendiam o litro da gasolina por R\$ 3,89. Para o técnico de manutenção de piscinas Eduardo Silva, 40 anos, a espera nem sempre compensa. “Às vezes, gastam-se horas na fila para economizar uma quantia que nem vai fazer diferença, porque, mesmo quando abaixam o preço, a gasolina continua cara”, afirmou.

A queda do dólar diante do real e o comportamento menos volátil da cotação do petróleo no mercado internacional são fatores que ajudam a moderar os preços do combustível. Fábio Bentes, economista sênior da Confederação Nacional do Comércio (CNC), explicou que, desde que o preço da gasolina passou a seguir o mercado externo, o consumidor tem sofrido com o desconforto de reajustes frequentes. “A gasolina tem sido um dos principais itens que pressionam a inflação. Mas o recuo do câmbio e a maior oferta internacional do produto tendem a suavizar o cenário de preços altos”, analisou.

Bentes lembrou que 2018, por ser um ano de eleições, pode trazer maiores oscilações para o combustível. “Um ano eleitoral pode perturbar a taxa de câmbio. Isso não quer dizer que o dólar vá se afastar muito da taxa atual, mas pode oscilar em virtude do cenário político. Por isso, o consumidor pode esperar por maior variação do preço da gasolina ao longo do ano”, esclareceu.

Mesmo com a queda de preço, o combustível continua pesando no bolso dos brasileiros. A dona de casa Maira Azevedo, 37 anos, tem usado mais o transporte público para evitar tantas saídas com o carro. “Pego ônibus e metrô para economizar, mas o complicado é que nem todo lugar da cidade é acessível. Às vezes, até pedir um Uber tem valido mais a pena”, destacou.

Já a arquiteta Karla Álvarez, 27 anos, manteve os hábitos, mesmo com os preços elevados. “Continuo usando o mesmo combustível, abastecendo o mesmo tanto e rodando da mesma forma”, disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Assis Moreira

Título: Com a Vale e Petrobras, Brasil volta a despertar interesse em Davos

Cerca de 60 chefes de Estado e de governo vão participar do Fórum Econômico Mundial, o Fórum de Davos, que começa na semana que vem, nos Alpes suíços. No entanto, menos de dez terão espaço para uma mensagem especial, no plenário central do evento. Da América do Sul, serão apenas dois: Michel Temer e Mauricio Macri, presidente da Argentina.

Temer deve falar no dia 24. Segundo os organizadores, não existem mais lugares disponíveis para a apresentação do presidente brasileiro. O Valor apurou que o Fórum continua recebendo pedidos de empresas que querem um lugar para ouvir Temer e ministros brasileiros. A lista de espera continua a crescer.

Para Borge Brende, diretor-executivo do Fórum de Davos, o Brasil está crescendo e o evento, que é o principal encontro anual da elite econômica e política no cenário internacional, é uma oportunidade para Temer mostrar sua visão de como fazer a economia ser mais inclusiva..

A presença de grandes empresas brasileiras no Fórum de Davos deste ano é vista como uma ilustração de que a situação econômica no país começa a mudar. A Petrobras e a Vale, por exemplo, voltam a participar do evento, o que coincide com melhores perspectivas nos preços de matérias-primas no mercado internacional. A Petrobras chegou a ser parceira estratégica do Fórum e integrou a comissão anticorrupção, até ser afastada devidos às denúncias da Operação Lava-Jato.

Este ano, participarão pela primeira vez a Eletrobras, que está para ser privatizada, e o banco Safra, um dos maiores do país e igualmente com operações no mercado internacionais.

Entre os tradicionais participantes de Davos estão os bancos Bradesco e Itaú Unibanco, além da Embraer. O BTG Pactual é outro que participará, assim como a GrainBio. Por outro lado, a EMS, maior fabricante de remédios genéricos, e a Ultrapar, que participaram em 2017, estarão ausentes.

O presidente dos EUA, Donald Trump, deverá ser a estrela do encerramento do Fórum, no dia 26. Defensor do isolacionismo, o presidente americano vai "apimentar" o Fórum este ano. "É essencial ter Trump conosco", afirma o fundador do Fórum, Klaus Schwab, destacando a importância de cooperação global.

Trump vem a Davos para defender a política de "America First", ou seja, antes de tudo defender os interesses das empresas americanas sem se inquietar muito com as consequências globais. No outro lado, estará o presidente francês Emmanuel Macron, que representa uma Europa aberta e em plena recuperação.

Schwab se diz preocupado pelo retorno a uma forma de guerra fria entre as grandes potências, enquanto problemas como aquecimento climático, envelhecimento da população e desemprego dos jovens exigem respostas comuns.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Marina Falcão

Título: TRF-5 mantém a liminar que suspende MP 814

Em mais uma derrota do governo federal, o presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5), desembargador Manoel Oliveira Erhardt, recusou o pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) para derrubar liminar que suspendeu parte da Medida Provisória 814, que permitia o início dos estudos para privatização da Eletrobras, na semana passada.

Com isso, ficou confirmada a decisão de primeira instância, dada por magistrado da Justiça Federal de Pernambuco, a partir da ação do advogado Antônio Campos, irmão do ex-governador Eduardo Campos. Estão ainda pendentes de julgamento duas reclamações contra a decisão em primeira instância, movidas pela AGU e pela Câmara dos Deputados no Supremo Tribunal Federal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner, Fábio Pupo e Edna Simão

Título: Portaria dá 60 dias para revisão no pré-sal

O governo decidiu acelerar a revisão do contrato de cessão onerosa com a Petrobras, firmado em 2010, que garantiu à estatal o direito de explorar cinco bilhões de barris de óleo equivalente em seis blocos do pré-sal na Bacia de Santos. Uma portaria definindo prazo de 60 dias para as "bases técnicas" de um acordo deve ser publicada entre hoje e amanhã no "Diário Oficial da União".

A portaria já foi assinada pelos ministros Henrique Meirelles (Fazenda), Dyogo de Oliveira (Planejamento) e Fernando Coelho Filho (Minas e Energia). Ela cria um grupo interministerial, com a presença de representantes da Petrobras, para discutir quem deve a quem no processo.

A formação do grupo, antecipada ontem pelo Valor PRO, serviço de informações em tempo real do Valor, já era um fato bastante aguardado e o mercado vinha até estranhando a demora do governo em colocá-lo para trabalhar. O que não se esperava era um prazo tão curto para a definição. Ou, como preferiu afirmar um assessor presidencial, a busca por "pontos de convergência" que possam facilitar um entendimento entre as duas partes.

Segundo essa autoridade, as posições "já são mais ou menos conhecidas" e não há motivo para demorar demais. No Palácio do Planalto, avalia-se que certamente terá dinheiro a receber.

Mas, como o Tesouro não tem condições de pagar, o que se cogita é pagar em barris de petróleo e leiloar o excedente que for dado à estatal em novos leilões do pré-sal. Com isso, cria-se uma fonte adicional de arrecadação bilionária. "Tem dinheiro de sobra para os dois receberem. Basta formatar direitinho.

Vamos ver se dá tempo [de fazer] em 2018", comentou um interlocutor direto do presidente Michel Temer.

O grupo será formado pelos secretários-executivos dos três ministérios, um técnico indicado por cada pasta e seus respectivos consultores jurídicos (que são representantes da Advocacia-Geral da União). Um dos integrantes praticamente certos na comissão é o engenheiro Márcio Félix Carvalho, secretário de Petróleo e Gás no Ministério de Minas e Energia, tido como um dos maiores especialistas do governo no assunto.

Do lado da Petrobras, haverá quatro membros: o diretor financeiro e de relacionamento com investidores, Ivan de Souza Monteiro, a diretora de exploração e produção, Solange da Silva Guedes, e dois representantes ligados às suas áreas respectivas.

Relatórios do mercado financeiro têm apontado que a Petrobras deve ser credora na revisão e o presidente da estatal, Pedro Parente, já disse que não assinará nenhum acordo com outra direção.

Se pagar sua dívida em barris de petróleo e houver ainda um excedente nos seis blocos para leiloar, o potencial de arrecadação para o governo é de dezenas de bilhões de reais. A dúvida é se daria tempo - e se haveria interesse da União - em concretizar os procedimentos preparatórios ainda neste ano ou deixar essas receitas para 2019. Para dar respaldo jurídico a um eventual acordo, depois das discussões técnicas, ainda seria necessário projeto de lei ou medida provisória para encaminhar uma solução. Hoje a Lei 12.276 só prevê pagamento da União em dinheiro.

Questionado ontem, após reunião no Ministério da Fazenda, Parente afirmou que a expectativa é fechar ainda neste ano um acordo com o governo sobre a revisão da cessão onerosa. "Se depender da Petrobras, com certeza [pode sair em 2018]", observou o executivo. Ele reiterou ainda sua "convicção" de que a empresa petrolífera tem recursos a receber.

"Eu fui informado que o governo está para editar uma portaria compondo sua comissão que estabelece um prazo de 60 dias para o desfecho [das discussões]. Se for menos do que isso, até melhor. A Petrobras está preparada para fazer essa discussão o mais cedo possível. Para começar imediatamente e terminar o mais rápido possível", acrescentou Parente.

A Petrobras e a Agência Nacional do Petróleo (ANP) contrataram certificadoras internacionais independentes para fazer estudos sobre os volumes e valores das reservas na área da cessão onerosa. Os cálculos não coincidem. Além disso, o contrato dá margem a interpretações diferentes, dependendo de quando se

considera a declaração de comercialidade da área (para cada campo individualmente ou apenas o último).

Parente também foi ao Tribunal de Contas da União (TCU) para falar sobre o acordo com acionistas minoritários nos Estados Unidos. Segundo ele, a reunião foi para "esclarecimentos" e não houve "aprovação nem contrariedade" por parte do tribunal.

Ele disse não haver "disposição" para celebrar novos acordos do tipo. "Não foi um gesto voluntário, fomos obrigados a fazer isso. A Petrobras se viu numa situação em que era melhor fazer um acordo do que prosseguir na confrontação, que podia levar a um julgamento, com riscos maiores." (Colaborou Fabio Graner, de Brasília)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Claudia Safatle e Daniel Rittner

Título: Governo vê 'divisor de águas' em antidumping

O Ministério da Fazenda e a Casa Civil pretendem transformar a decisão da Câmara de Comércio Exterior (Camex) sobre o pedido de sobretaxa contra produtos siderúrgicos da China e da Rússia em uma espécie de "divisor de águas" na política brasileira de direito antidumping.

A ideia é restringir a aplicação de medidas protecionistas, sem se ater apenas à existência ou não de práticas desleais de comércio por fornecedores estrangeiros. Daqui para frente, os dois ministérios levarão em conta outros aspectos nas decisões, como o impacto inflacionário, o ambiente de concorrência em cada setor e a necessidade de ganhar produtividade.

Tanto a Fazenda como a Casa Civil devem votar contra a imposição de sobretaxa aos laminados planos a quente de China e Rússia. O conselho de ministros da Camex se reúne amanhã, no Palácio do Planalto, para finalmente deliberar sobre o assunto. Na primeira tentativa, em novembro, houve impasse e uma decisão foi adiada. A tendência agora é de isolamento do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic) na defesa do antidumping para o aço. Agricultura, Itamaraty e Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) também devem expressar voto contrário.

De acordo com integrantes da equipe econômica e fontes no Palácio do Planalto, a decisão sobre os produtos siderúrgicos não será um movimento pontual e essa postura mais rigorosa terá continuidade nas próximas reuniões da Camex. Paralelamente, já foi encomendado ao Instituto de Pesquisa

Econômica Aplicada (Ipea) um estudo sobre as necessidades de recalibragem das tarifas de importação no Brasil e no Mercosul.

Não há planos de divulgar esse estudo antes das eleições presidenciais e ninguém cogita rediscutir a Tarifa Externa Comum (TEC) antes da conclusão de negociações para um acordo de livre comércio com a União Europeia. Mas já se pode depreender, das primeiras análises, a seguinte conclusão: os setores mais protegidos de concorrência contra importados investem menos e têm menor grau de inovação tecnológica. Bens intermediários, usados como insumos na produção industrial, têm algumas alíquotas altas demais. Em outras palavras: uma redução nas tarifas seria desejável e talvez esteja se aproximando o momento de esquentar esse debate no país.

No caso específico do aço, há uma briga entre grandes fabricantes - CSN, Gerdau e ArcelorMittal foram as peticionárias da investigação antidumping - e os setores da indústria que consomem laminados em grandes volumes: automotivo, máquinas e equipamentos, construção civil e eletrodomésticos estão entre os principais exemplos.

Um estudo encomendado pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) à LCA Consultores mostra um aumento potencial de 16,5% no preço dos laminados importados, caso haja imposição de sobretaxa. Estima-se ainda em R\$ 1,5 bilhão a perda anual devido às restrições na concorrência.

Uma fonte da indústria lembra outro ponto negativo de uma eventual medida antidumping: quem importa aço usando o regime de "drawback" - deixando de pagar imposto de importação no insumo se o produto final for posteriormente exportado - passaria a pagar essa sobretaxa.

As alíquotas aplicadas atualmente para os laminados planos de aço a quente variam de 10% a 14%, dependendo do produto específico. O parecer do Departamento de Defesa Comercial, subordinado ao Mdic, comprovou a existência de dumping dos fornecedores chineses e russos. Também identificou dano à indústria nacional e nexos causais entre as duas coisas. Diante disso, recomenda a aplicação de um valor fixo por tonelada de aço para cada empresa investigada no processo.

Por outro lado, as siderúrgicas argumentam que há enorme excesso de capacidade produtiva no mundo - principalmente na Ásia e na Rússia - e que esses produtores têm despejado o excedente em terceiros mercados, como o Brasil, a preços irrisórios.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Política****Autor: Murillo Camarotto****Título: Defesa de ex-conselheiros confirma explicação de Dilma**

Conselheiros da Petrobras à época em que a compra da refinaria de Pasadena foi aprovada, os executivos Cláudio Haddad e Fábio Barbosa encaminharam ao Tribunal de Contas da União (TCU) argumentos bastante semelhantes aos que foram apresentados pela ex-presidente Dilma Rousseff.

Conforme revelado ontem pelo Valor, a ex-presidente afirmou que o conselho de administração da estatal foi vítima de um "conluio fraudulento" entre integrantes da diretoria Internacional da Petrobras e executivos da Astra Oil, da qual Pasadena foi adquirida.

O advogado Marcelo Beltrão da Fonseca, que integra a equipe de defesa de Haddad, disse ao Valor que os fatos narrados pelos advogados de Dilma são verdadeiros e que compõem o cerne do que o executivo apresentou ao TCU.

"Nossa linha de defesa é a verdade, e o que a defesa da ex-presidente afirmou é verdadeiro. O relatório que o TCU usou para amparar seu acórdão, feito pela consultoria Muse Stancil, jamais foi apresentado aos integrantes do conselho", disse o advogado de Haddad.

O relatório mencionado atribuiu um valor de US\$ 186 milhões para os 50% da refinaria de Pasadena, adquiridos em fevereiro de 2006 pela Petrobras. A estatal pagou US\$ 359 milhões por metade da refinaria americana, com base em uma avaliação do Citigroup.

O maior prejuízo, entretanto, foi causado pela compra da segunda metade do empreendimento, negócio no qual a Petrobras desembolsou US\$ 820 milhões. Nessa ocasião, porém, Haddad já não integrava mais o conselho da estatal.

O advogado Celso Cintra Mori, do escritório Pinheiro Neto, atuou na defesa de Fábio Barbosa, que foi presidente do Santander e da Editora Abril. Ao Valor, Mori disse apenas que, em uma avaliação preliminar, a defesa de Dilma apresentou informações verdadeiras.

Tanto ele quanto o advogado de Haddad informaram que não poderiam disponibilizar a íntegra das defesas de seus clientes, já encaminhadas à área responsável no TCU. A meta é de que o caso chegue ao plenário do tribunal em abril.

Também integrante do conselho à época do negócio, o empresário Jorge Gerdau não aparece entre as pessoas citadas pelo TCU, que foram responsabilizadas por um prejuízo de US\$ 766 milhões e tiveram os bens bloqueados.

Técnicos do órgão de controle esclareceram que Gerdau ficou de fora porque não participou da reunião que aprovou a aquisição dos primeiros 50% da refinaria. Como ele não votou e não tomou qualquer decisão favorável ao negócio, acabou não sendo citado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Daniela Chiaretti

Título: Japão mantém programa de carros a hidrogênio

O Japão quer transformar a região de Fukushima, devastada por terremoto e tsunami em março de 2011, numa área de usinas solares, eólicas e hídricas. A cereja do bolo será a maior usina de produção de hidrogênio do país e das maiores do mundo. A iniciativa revela a arriscada aposta japonesa de continuar investindo em hidrogênio como combustível de veículos.

Um painel no pavilhão japonês no World Future Energy Summit - exposição de tecnologias de energia e água em Abu Dhabi - traz as iniciativas verdes do governo em Fukushima: uma usina gera eletricidade a partir de restos de madeira; outra gera energia geotérmica desde 1995; e uma terceira fornece o equivalente ao consumo de 35 mil casas a partir de energia eólica.

O mapa mostra o desenho de uma usina solar na costa de Fukushima e que deve gerar 1 MW de energia a ser utilizada para agricultura. No mar, turbinas eólicas gigantes e flutuantes poderão produzir 7 MW. A nova instalação de produção de hidrogênio está sendo construída na vizinha Namie.

O painel resume o "Fukushima Plan for a New Energy Society", iniciativa do governo com o setor privado. Em março de 2016, o então Shinzo Abe disse: "Queremos tornar Fukushima pioneira em criar uma sociedade de hidrogênio".

"A reconstrução de Fukushima é um símbolo", disse ao Valor Ryo Nakajima, gerente de tecnologia do departamento de novos projetos de soluções energéticas da Toshiba. São investimentos de "vários bilhões" que incluem Toshiba, Tohoku Electric e Iwatani na implantação da usina de hidrogênio, que deve estar pronta para a Olimpíada de Tóquio, em 2020.

A produção de hidrogênio costuma ser feita com queima de gás, mas a nova unidade usará energias renováveis, principalmente solar. A nova indústria terá ao lado uma usina solar de 20 MW, diz Hirofumi Kurita, da equipe da Toshiba. O Japão importa o gás e petróleo que consome. "Não podemos depender do petróleo", diz Nakajima.

Estima-se que existam hoje 2.000 carros movidos a hidrogênio no Japão. Toyota, Nissan e Honda produzem carros com a tecnologia e vão criar uma rede de distribuição de hidrogênio no país. A previsão é que o Japão tenha 40 mil veículos a hidrogênio em 2020.

Dez anos atrás houve uma corrida pela tecnologia de produzir hidrogênio, considerado então o "combustível do futuro". Mas hoje a tendência do setor parece ter virado para o carro elétrico. "Os investimentos atuais das empresas na eletrificação dos veículos é de uma ordem diferente de magnitude que vimos antes em hidrogênio", diz Dolf Gielen, diretor do Centro de Inovação e Tecnologia da Irena, entidade internacional que promove energias renováveis.

Hidrogênio como combustível é, porém, uma aposta japonesa. "Temos um projeto ambicioso em Fukushima", diz Nakajima. A usina terá capacidade de produzir 900 toneladas de hidrogênio por ano, o suficiente para 10 mil carros.

No pavilhão do Japão, várias montadoras exibem modelos de carros elétricos e híbridos, evidenciando a disputa tecnológica. Um cartaz diz que um híbrido a bateria faz 26 quilômetros por litro e reduz emissões em uma tonelada ao ano. Outro cartaz anuncia as vantagens do hidrogênio, em árabe e inglês: 3 a 5 minutos é o tempo para encher o tanque (hoje a bateria de um carro elétrico pode levar horas para recarregar) e o carro a hidrogênio terá autonomia para 600 quilômetros.

A jornalista viajou a Abu Dhabi a convite da Irena

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Dow Jones Newswires

Título: Exportação de petróleo aos EUA cai ao menor nível em 26 anos

NOVA YORK - As exportações de petróleo da Venezuela para os Estados Unidos caíram para o menor nível em 26 anos. De acordo com a consultoria BMI Research, o volume de 2017 indica a perda de participação no mercado que a Venezuela será incapaz de recuperar no curto prazo, à medida que sua produção despenca.

Em outubro, a produção de petróleo do país atingiu o menor nível em 28 anos — caindo de 2,09 milhões de barris diários, em setembro, para 1,86 milhão.

As exportações de petróleo venezuelano para os EUA são, hoje, a principal fonte de renda da Venezuela. O restante da produção de petróleo é enviada a países como China e Rússia para reembolsar empréstimos feitos anteriormente.

De acordo com a BMI, a média das exportações de petróleo venezuelano para os EUA foi de 593 mil barris por dia em 2017, em comparação com os 741 mil barris diários em 2016 ou os 776 mil barris/dia em 2015.

Em 2017, foram 419 embarcações com petróleo venezuelano para os EUA. A cifra representa uma diminuição de 21% em comparação com o ano anterior.

A BMI acrescenta que os anos de falta de investimento e da fuga de mão-de-obra qualificada continuarão sendo obstáculos para o setor de petróleo da Venezuela neste ano, juntamente com sanções dos Estados Unidos, que impedem os bancos americanos de disponibilizar crédito comercial para as transações de petróleo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito

Título: Petrobras bate novo recorde de produção

A Petrobras atingiu em 2017, pelo quarto ano consecutivo, novos recordes de produção de petróleo no Brasil. Os 2,15 milhões de barris diários produzidos ficaram 0,4% acima da média registrada em 2016 e, pelo terceiro ano seguido, dentro da meta traçada pela companhia. Para 2018, a expectativa é que os números da petroleira sejam reforçados pela entrada em operação de sete novas plataformas, no país. A quebra de novos recordes, contudo, dependerá do ritmo dos desinvestimentos e da capacidade da empresa de cumprir com os cronogramas.

A meta de produção da estatal, para 2018 é de 2,1 milhões de barris/dia no Brasil - a empresa não detalha a segunda e terceira casas decimais. O Goldman Sachs é mais otimista e projeta um volume de 2,23 milhões de barris diários este ano, o que representaria uma alta de 3,6% frente a 2017. O crescimento, segundo o banco, deve refletir, principalmente, o início das operações das novas plataformas no pré-sal, ainda que elas sejam compensadas, em parte, pelo declínio no pós-sal da Bacia de Campos.

De acordo com o plano de negócios da Petrobras, estão previstos para este ano sete novas plataformas: Tartaruga Verde e Mestiça (Bacia de Campos), Lula Norte, Berbigão, Lula Extremo Sul, Búzios 1, Búzios 2 e Búzios 3 (Bacia de Santos). No exterior, há a previsão, ainda, de um novo projeto na Nigéria.

Se por um lado a produção tende a crescer com esses novos projetos, há que se considerar as perdas esperadas com os desinvestimentos. Os ativos em produção colocados à venda pela Petrobras representam cerca de 150 mil barris ao dia, o equivalente a 7% do total produzido pela empresa no Brasil em 2017.

A lista de desinvestimentos em curso inclui cerca de 70 campos terrestres e 30 campos em águas rasas, que somam aproximadamente 80 mil barris ao dia. Além disso, a estatal anunciou em dezembro um acordo para venda de 25% do campo de Roncador para a Statoil (fatia que representa um volume de 60 mil barris ao dia). Ontem, a companhia concluiu, ainda, a venda de 35% do campo de Lapa, no pré-sal da Bacia de Santos, que representa, com base na média da produção de 2017, cerca de 12 mil barris diários de petróleo.

Em 2017, a Petrobras atingiu recordes também na produção de gás natural (79,6 milhões de metros cúbicos diários). Assim, a produção total de óleo e gás no país alcançou 2,65 milhões de barris de óleo equivalente por dia (BOE/dia), um volume 0,9% superior ao obtido em 2016.

"O resultado da produção em 2017 mostra bem o que está acontecendo com a empresa. Ela está no caminho certo. A gestão atual está colocando a companhia nos trilhos", afirmou Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE). Segundo ele, gestões anteriores da petroleira traçavam metas elevadas e não as alcançavam.

Somada à parcela produzida pela Petrobras fora do país (64 mil de barris ao dia), a produção total da Petrobras, no Brasil e exterior, totalizou 2,217 milhões de barris diários, volume praticamente estável em relação a 2016.

Os dados operacionais divulgados pela Petrobras mostram que, enquanto o pré-sal continua a quebrar recordes atrás de recordes, a produção no pós-sal da Bacia de Campos acentuou sua trajetória de declínio.

No ano passado, segundo a estatal, a média anual da produção operada (que abrange a parcela da companhia e seus parceiros) no pré-sal foi a maior da história: 1,29 milhão de barris diários, o que representa uma alta de 26% ante o ano anterior. Em 2016, os volumes produzidos no pré-sal já haviam crescido 33% e, em 2015, 56%.

Já a produção na Bacia de Campos, que concentra uma série de campos maduros no pós-sal, intensificou sua trajetória de declínio. No ano passado, a

produção da Petrobras na bacia recuou 10%, a maior queda em seis anos seguidos de declínio. Ao todo, a produção da Petrobras na Bacia de Campo totalizou, em média, 1,222 milhão de barris diários em 2017, uma queda de 27% (ou 455 mil barris ao dia) ante 2011.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Lucas Marchesini

Título: Cade recusa plano de Arcelor e Votorantim

A proposta apresentada por ArcelorMittal e Votorantim para viabilizar a junção das duas empresas no país não foi considerada suficiente para aprovar o negócio pelo Departamento de Estudos Econômicos (DEE) do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

A opinião do DEE foi formulada após a relatora do caso, a conselheira Polyanna Vilanova, pedir o posicionamento do departamento sobre um pacote proposto pelas duas empresas que incluía vendas de ativos e um plano de produção, entre outros itens. Caso adotados, impactariam os mercados de vergalhão, barras, perfis leves, perfis médios e telas eletrosoldadas, mas não os de treliça e fio-máquina.

O Valor apurou que, diante dos problemas, Polyanna preparou uma alternativa mais abrangente, a qual inclui a venda de ativos de maior peso do que o pensado inicialmente pelas empresas. A intenção era levar aos demais conselheiros ainda ontem. Caso fosse aceita pelos demais membros do plenário, a proposta deverá ser votada na primeira sessão deste ano, em 7 de fevereiro.

O relatório do DEE levou em conta três cenários de utilização da capacidade instalada no setor, de 40%, 50% e 70%. O maior deles foi proposto pelas empresas e os dois outros foram incluídos na análise pelo departamento após uma leitura do mercado.

"No cenário de 70%, o mais otimista para as requerentes, o mercado de perfis leves tem potencial de gerar preocupações concorrenciais. Em todos os demais cenários e mercados há um aumento plausível do poder de mercado, aponta o estudo. Isso não inclui os mercados de treliça e fio-máquina porque "não há qualquer proposta de remédio" para ambos e, "portanto, não há qualquer mudança em relação ao cenário pós-fusão".

Na análise, o DEE considera a venda hipotética dos ativos apontados pelas empresas para rivais que já atuam no mercado. Com isso, o DEE separou o caso em três grupos. Para barras MBQ e perfis médios, os prejuízos à concorrência

são dirimidos pela proposta. Já no caso de vergalhão, CA-60 e telas eletrosoldadas, os remédios "não superam os problemas concorrenciais". No caso de perfis leves e arame recozido, "o remédio é eficaz somente em alguns cenários".

Além disso, pontua o DEE, "a ausência do endereçamento de remédios estruturais para os mercados de treliça e, principalmente, fio-máquina, trazem dúvidas quanto à efetividade do remédio em endereçar os problemas em todos os mercados inicialmente apontados como problemáticos". "Ressalta-se que o fio-máquina é um recurso muito importante na cadeia produtiva, sendo insumo para vários produtos trefilados."

O negócio foi registrado no Cade no início de abril do ano passado. Em setembro, a Superintendência Geral (SG) do órgão afirmou que não poderia decidir sozinha sobre o caso e remeteu a decisão final para o plenário da autoridade antitruste.

No seu parecer, a SG alega que a operação levanta "graves preocupações concorrenciais no mercado de aços longos comuns nacional com a concentração das requerentes [as empresas], dois dos três maiores 'players' nesses mercados, e conclui que o Ato de Concentração [o negócio] possui claro potencial anticompetitivo". E que "há chances não desprezíveis de que, após a operação", o mercado desse aço atue de modo a se acomodar e se adaptar a aumentos de preços.

Procurada, a ArcelorMittal informou em nota que continua colaborando com o Cade para fornecer as informações necessárias e esclarecer eventuais questões. A empresa disse, ainda, que continua confiante de que a operação será aprovada pela autoridade antitruste. A Votorantim informou que segue colaborando com o Cade para identificar e solucionar eventuais preocupações concorrenciais e se disse confiante nos méritos da transação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Marli Olmos | De Detroit (EUA)

Título: GM quer transformar o elétrico no modelo comum do consumidor

Da ampla sala totalmente envidraçada era fácil perceber como a neve começava a aumentar, cobrindo a rua e formando flocos de gelo no rio que separa os Estados Unidos do Canadá. Logo que entrou, Pam Fletcher lamentou que o salão do automóvel de Detroit seja sempre no inverno. A executiva não se deu conta do quanto o cenário que se via da janela deslumbrava os jornalistas sul-americanos, convidados a entrevistá-la.

Foi, ao mesmo tempo, uma surpresa o primeiro vídeo apresentado por Pam, vice-presidente do programa global de veículos elétricos da General Motors. Não havia nada de diferente na linha de montagem do Bolt, modelo elétrico da GM que apareceu no vídeo. Foi essa, justamente a mensagem que a executiva quis passar. "Queremos fazer do carro elétrico um veículo normal" disse a executiva.

O trabalho de Pam é fazer com que não só o carro em si, mas o objetivo de que as pessoas sejam transportadas pelo mundo com índice zero de acidentes, zero de emissões de poluentes e sem congestionamentos também passem a ser algo trivial.

A curva de vendas de carros elétricos da montadora mostra que ela está no caminho certo. No ano passado, foram vendidos nos Estados Unidos 200 mil veículos elétricos, dos quais 43,6 mil foram da GM. O total geral ficou mais de 40% acima de 2016.

Os volumes de veículos movidos a baterias ainda são baixos levando em conta o tamanho de um mercado, que chega a 17 milhões de unidades por ano. Mas há um crescimento sustentável, que anima as montadoras a elevar os investimentos nesse tipo de veículo. Segundo Pam, a GM planeja lançar pelo menos 20 modelos diferentes de elétricos até 2023.

Nos Estados Unidos, as vendas de veículos movidos a eletricidade ainda dependem de subsídios do governo. O Bolt, o mais recente lançamento da Chevrolet nesse segmento, custa US\$ 29 mil. Sem o subsídio chegaria em US\$ 37 mil, segundo Pam. Para a executiva, a dependência dos incentivos começará a diminuir à medida que a produção aumente e o custo com baterias, a parte mais cara, diminua. "No início desse tipo de programa, os subsídios são úteis porque servem para acelerar as vendas; mas com o aumento de escala tendem a acabar", destacou.

A executiva disse não saber, porém, quando os modelos elétricos poderão estar nas ruas em grandes quantidades em países como o Brasil. "Essas coisas acontecem quando se decide que tipo de transporte se quer para um país", destacou. Para a executiva, o carro elétrico leva vantagem mesmo em países que geram eletricidade em usinas termelétricas. "É mais fácil cuidar da despoluição de uma usina do que de carro por carro nas ruas".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Cleyton Vilarino

Título: Fala de Maggi sobre fim de taxaço a etanol importado derruba bolsa

A declaração do ministro da Agricultura, Blairo Maggi, de que a taxa de 20% sobre as importações de etanol pode ser derrubada fez o açúcar despencar ontem na bolsa de Nova York. Os contratos com vencimento em maio tiveram queda de 55 pontos, o maior recuo desde setembro do ano passado, e fecharam a 13,77 centavos de dólar a libra-peso. O ministro disse que a Pasta pode solicitar à Camex o fim da taxa sobre o etanol importado que exceder a cota de 600 milhões de litros.

A medida tende a atenuar a queda no percentual da cana destinada à produção de açúcar pelas usinas prevista para a safra 2018/19. "Dependendo do momento da mudança da regra, ela poderia pegar o começo da próxima safra, quando se esperava que o mercado fosse marcado por preços mais altos do etanol", disse João Paulo Botelho, analista da FCStone.

Maurício Muruci, analista da Safras & Mercado, afirmou que a medida levaria a uma enxurrada de importações de etanol, derrubando os preços internos do biocombustível após uma entressafra marcada por chuvas regulares - o que também pressiona as cotações. "Se a taxa sobre a importação for reduzida, vamos importar mais etanol anidro, com as usinas tendendo a fazer mais açúcar".

Elizabeth Farina, presidente da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica), disse que é "difícil adiantar" como uma eventual mudança alteraria a estratégia das usinas, mas ressaltou que "o mercado é ágil nesse aspecto", citando a queda do açúcar ontem. Segundo ela, as empresas já prepararam suas estratégias de comercialização e programação de safra prevendo que a cota duraria dois anos e uma mudança da regra nesse momento "cria instabilidade".

As incertezas sobre os efeitos do fim do controle de preços domésticos do açúcar na Tailândia também contribuíram para a queda de ontem. Segundo a Reuters, a medida foi uma resposta a questionamentos do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio (OMC). (Colaboraram Cristiano Zaia, de Brasília, e Camila Souza Ramos, de São Paulo)

MME / ASCOM .